



Documento Assinado Digitalmente por: MORGONCIO AQUINO REIS LISH SAN, JOSE MARIA ROLDO BONFIM DE MORAIS  
Acesso em: <https://e1uea.pue.pb.gov.br/epi/pt/ab4a2d09a6c4d4d9d0d0100a9eef04785b75930-47065-47075-attribui4d9596a3770e>

## Demonstrações Contábeis Separadas por Entidade

**www.camarajurema.pe.gov.br**  
camaradajurema2021@gmail.com





**Documento:** Assinado digitalmente por: MOISÉS RODRÍGUEZ MARRAS, ISH SANTOS, SAHAROLDO BONFIM DE MORAIS  
Acesso em: <https://e-tucajue.pb.gov.br/jwv/hkxanNz6>, NhhGcJm0do donouturnet84 / 8458-5920 - 7665-42D55alterno4d59502370ced

**Documento:** Assinado digitalmente por: MOISÉS RODRÍGUEZ MARRAS, ISH SANTOS, SAHAROLDO BONFIM DE MORAIS  
**Acesso em:** <http://e-tucajue.pb.gov.br/jwv/hkxanNz6>, NhhGcubgdo donou urnet8t / RstSb-5920 -7665-42D55alterno d459502370ced

**Demonstrações Contábeis Individuais ou Separadas por Entidade**  
**Exercício de 2023**



Documento Assinado Digitalmente por: **MARCELO AUGUSTO SANTOS HAROLDO BONFIM DE MORAIS**  
 Acesse em: <https://eetmne.uol.com.br/portal/assinatura/assinatura.asp?id=785745920-7465-4205-9000-000000000000>

(ANEXO 17 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 ADAPTADO PELO TCE-PE CONFORME ANEXO XVI)

|  |
|--|
| <p><b>a.1.Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação:</b><br/>CAMARA MUNICIPAL DA JUREMA</p>  |
| <p><b>a.2.Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b><br/>84.11-6-00 - Administração pública em geral</p>  |
| <p><b>a.3.CNPJ:</b><br/>11.240.314/0001-88.</p>  |
| <p><b>a.4.Domicílio do órgão ou entidade:</b><br/>Rua Frei Caneca, nº SN – Bairro: Centro – Cidade: Jurema – Pernambuco – CEP:55.480-000</p>   |
| <p><b>a.5.Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b><br/>A Câmara Municipal da Jurema concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 84.11-6-00 possui como atividade principal Administração pública em geral. A natureza de suas operações deriva das transferências financeiras recebidas do poder executivo municipal a título de duodécimo.</p>   |
| <p><b>a.6.Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b><br/>Este demonstrativo segue a lógica conceitual do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, adaptada pelo TCE-PE conforme modelo definido no Anexo XIX da Resolução TC nº 216/2023. Subsidiariamente as retenções foram contabilizadas seguindo as regras estabelecidas no IPC nº 11. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.</p> |
| <p><b>a.7.Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:</b><br/>Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da Câmara Municipal da Jurema.</p>   |

|   |
|---|
| <p><b>b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:</b></p> <p>A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente da demonstração da dívida fluante, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta à contabilidade aplicada ao setor público.</p>  |
| <p><b>b.2.Bases de mensuração utilizadas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ O DDF foi elaborado em modelo sintético conforme determina o anexo XXV da Resolução TCE-PE nº 216/2023.</li><li>▪ Os valores relacionados às retenções obedeceram de forma subsidiária às regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN.</li><li>▪ Foram feitos ajustes na estrutura do DDF para atender às equações previstas nos itens 65, 66, 67, 68 e 69 do ICC-PE do TCE-PE.</li><li>▪ Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedecem ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.</li><li>▪ Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar.</li><li>▪ As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.</li><li>▪ Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.</li><li>▪ A moeda funcional utilizada pela entidade é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.</li></ul> |
| <p><b>b.3.Novas normas e políticas contábeis alteradas:</b></p> <p>Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.</p>  |
| <p><b>b.4.Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:</b></p> <p>Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao DDF.</p>  |

**c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:**  
A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.



Documento Assinado Digitalmente por: MORAES, AQUEMAR, BISH, SAN, JOSE, HAROLD, DO BONFIM DE MORAIS  
Acesse em: <https://eic.fepip.gov.br/validar/diagnostico/66d9b2d0e000000047805759240-7666-47255a4662950a2770ee>

**d.4.Prescrição de Restos a Pagar:**





# DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA JUREMA

## Demonstrações Contábeis Individuais ou Separadas por Entidade Exercício de 2023



(De acordo com o Anexo XVIII da Resolução TCE-PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023)

| Subação  | Produto  | Responsável           | Prazo Final  | Situação Atual |
|--|--|-----------------------|--|----------------|
|  | Registros contábeis conforme MCASP   | Presidente/Tesouraria | 01/01/2020   | Concluído      |
| <b>Ação</b>  | <b>4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>   |                       |  |                |
| Subação  | Produto  | Responsável           | Prazo Final  | Situação Atual |
|  | Registros contábeis conforme MCASP   | Presidente/Tesouraria | 01/01/2020   | Concluído      |
| <b>Ação</b>  | <b>5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).</b>  |                       |  |                |
| Subação  | Produto  | Responsável           | Prazo Final  | Situação Atual |
|  | Registros contábeis conforme MCASP   | Presidente/Tesouraria | 01/01/2020   | Concluído      |
| <b>Ação</b>  | <b>6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>   |                       |  |                |
| Subação  | Produto  | Responsável           | Prazo Final  | Situação Atual |
|  | Registros contábeis conforme MCASP   | Presidente/Tesouraria | 01/01/2016   | Concluído      |
| <b>Ação</b>  | <b>7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.</b>   |                       |  |                |
| Subação  | Produto  | Responsável           | Prazo Final  | Situação Atual |
|  | Registros contábeis conforme MCASP   | Presidente/Tesouraria | A ser definido em ato normativo específico da STN. | Concluído      |
| <b>Ação</b>  | <b>8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.</b> |                       |  |                |
| Subação  | Produto  | Responsável           | Prazo Final  | Situação Atual |
|  | Registros contábeis conforme MCASP   | Presidente/Tesouraria | 01/01/2021   | Concluído      |
| <b>PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP</b>         |  |                       |  |                |
| <b>Ação</b>  | <b>Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais</b>   |                       |  |                |
| Subação  | Produto  | Responsável           | Prazo Final  | Situação Atual |
| 1  | Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP   | Presidente/Tesouraria | Imediato   | Concluído      |
| <b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP</b> |  |                       |  |                |
| <b>Ação</b>  | <b>Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público</b>   |                       |  |                |
| Subação  | Produto  | Responsável           | Prazo Final  | Situação Atual |
| 1  | Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP   | Presidente/Tesouraria | Imediato   | Concluído      |

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

**JOSÉ HAROLDO BONFIM DE MORAIS**  
Presidente

**JOAYCE JOAQUIM DA SILVA**  
Contador  
CRC-PE Nº 029015/O-1

Documento Assinado Digitalmente por: MARYCECE/AQUARRE/ISA SANTOS/AROLDO BONFIM DE MORAIS  
Acesse em: <https://eetce.tce.pb.gov.br/validar/validar.php?data=20230920160000&id=857b5930-7065-4270-b4eb-40295923770cd>